

## **Julgamento da Impugnação**

**Ato Convocatório nº 003/2025**

**Processo nº 0065/2025**

**Objeto do Certame:** contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças, qualificação, calibração e análise de segurança elétrica de aparelhos e equipamentos médico-hospitalares para a Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

**Objeto do Julgamento:** Impugnação ao Ato Convocatório

### **1. Do Relatório**

Cuida-se de decisão de julgado da impugnação do Ato Convocatório ofertada pela Empresa Innovamed Manutenção de Equipamentos Médicos Ltda.

### **2. Da Regularidade e Tempestividade da Impugnação**

É certo que o ato convocatório estabelece, no item 7, o seguinte:

*7.3 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos do Ato de Convocação até 2 (dois) dias antes da data de abertura do certame, dirigido o recurso à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida;*

De igual modo, prescreve o art. 33 do Regulamento de Compras da Fundação do ABC:

*Art. 33. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos dos Atos de Convocação até 2 (dois) dias antes da data de abertura do certame, dirigido o recurso à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida.*

Assim, dado que a entrega das propostas estava prevista para ocorrer no dia 30 de abril do corrente ano, a empresa apresentou sua impugnação no dia 28 de abril, eis que tempestivo a presente peça.

De igual modo, resta regular a representação da parte peticionário, até porque não há obrigatoriedade de que apenas as pessoas com a intenção de participar do certame tenham legitimidade para impugnar o ato convocatório, mas toda e qualquer pessoa civilmente capaz.

Portanto, recebe-se a presente impugnação porquanto regular.

Imperioso esclarecer que, recebida a impugnação, a autoridade máxima da unidade decidiu por não atribuir o efeito suspensivo, conforme previsto no regulamento de compras da Fundação do ABC:

*7.4 - A impugnação oferecida dentro do prazo estabelecido no item anterior, será encaminhada imediatamente à autoridade máxima da Unidade, para que esta se manifeste quanto à aplicação do efeito suspensivo ou não a essa;*

### **3. Das Razões Apresentadas pela Impugnante**

Em apertada síntese, a impugna-se requer a retificação do ato convocatório, arrazando que o referido contém falhas que poderiam gerar a violação dos princípios aplicáveis à licitação.

Para tal questionamento ao ato convocatório, elenca 2 situações, das quais:

A primeira diz respeito ao atestado de capacidade técnica, porque segundo a peticionária, a validade do atestado de capacidade técnica é descabida e irregular na medida em que o acervo é de titularidade exclusiva do profissional durante todo seu exercício profissional, independente da sua data de aquisição.

Para justificar a pretensão cita, o art. 28, inciso IX, do Regulamento de Compras e Contratação de Serviços de Terceiros e Obras da Fundação do ABC, que prescreve:

*Art. 28. Verificada a melhor proposta, o vencedor deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:*

*[...]*

*IX. atestado de capacidade técnica, emitida por órgãos públicos ou privados, pertinente ao ramo de atividade da interessada, registrado no órgão competente, quando necessário*

O segundo diz respeito os profissionais elencados no item 4.11.3, ou seja, argui a peticionária que é excessiva, o estipulado no edital, a indicação dos profissionais, porque não garante que os serviços serão prestados em a qualidade requerida, e a exigência dos profissionais, não são usuais, para execução do objeto do contrato não se mostra adequada.

Em apertada síntese são os argumentos lançados pela empresa impugnante.

#### **4. Da Decisão Impugnação Ofertada pela Empresa Innovamed Manutenção de Equipamentos Médicos Ltda.**

A impugnante delinea, em suas razões, algumas inconsistências no ato convocatório, nos itens 4.11.1 e 4.11.3, do edital:

Os itens impugnados dizem o seguinte:

*4.11.1 - Atestado de capacidade técnica expedido por órgãos públicos ou privados, pertinente ao ramo de atividade da interessada e que tenha relação com o objeto da ser contratado, registrado no órgão competente, quando necessário, não superior a 2 anos da data da publicação do edital;*

*4.11.3 - A CONTRATADA deverá realizar a indicação do(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços objeto deste Ato Convocatório, indicando sua(s) qualificação(ões), número do registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura-CREA, tendo a seguinte formação profissional:*

*I - Engenharia Eletricista;*

*II - Eletricista modalidade Eletrotécnica;*

*III - Eletricista modalidade Eletrotécnico;*

*III - Eletricista modalidade Eletrônica;*

*IV - Engenharia Mecatrônica V – Engenharia Biomédico;*

Não há de prosperar o apelo, senão vejamos.

Inicialmente, cabe ressaltar que a Fundação do ABC e suas mantida, utilizam como parâmetro licitatório seu Regulamento de Compras e Contratação de Serviços de Terceiros e Obras, aprovado e publicado na forma da lei.

Ou seja, os termos listados no regulamento são de parâmetros obrigatório para a organização da Fundação do ABC, pois, como ficou decidido ADIN nº 1.923/DF, dispensando-se, por sua vez, a utilização da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a Lei nº 9.637 de 1998 que instituiu as chamadas organizações sociais, previu a possibilidade de essas entidades criassem Regulamento Próprio de compras e contratações<sup>1</sup>.

Nesse sentido, os termos elencados no ato convocatório estão de acordo com os padrões que a Licitante entende ser adequados para os serviços

---

<sup>1</sup> Lei 9.637/98 - Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras: [...] VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

requeridos, não havendo, sobretudo, situações em que revela equivocado o que foi proposto.

A despeito da impugnação ao item 4.11.1, a bem da verdade, não se exige no edital atestado de capacidade técnica emitido pelo CREA, mas sim de empresas privadas ou públicas atestando que a empresa participante tenha prestado o serviço relacionado ao objeto do edital, veja o que diz:

*4.11.1 - Atestado de capacidade técnica expedido por órgãos públicos ou privados, pertinente ao ramo de atividade da interessada e que tenha relação com o objeto da ser contratado, registrado no órgão competente, quando necessário, não superior a 2 anos da data da publicação do edital;*

Logo, as razões apresentadas não condizem com os termos editalícios disponibilizado pelo CHSP.

Cabe consignar que o critério que foi adotado, quando se estabelece a validade para o atestado, deveras, não fere o regulamento, porque as adequações no instrumento é uma prerrogativa do CHSP, em consonância com os padrões de autonomia organizacional.

A despeito da autonomia gerencial da unidade, estabelece o regimento interno da Fundação do abc:

*Art. 43. Compete ao reitor e ao diretor das Unidade da Fundação do ABC:*

*[...]*

*V – Administrar a unidade assegurando o seu bom funcionamento;*

*[...]*

*XIV – firmar contratos de serviço de terceiros e requisições/autorizações de compras, ordenar despesas, autorizar protestos e assinar declarações.*

Ou seja, se o regulamento confere autonomia gerencial ao Diretor Geral da unidade gerenciada, não há como desconsiderar que o requerido pelo CHSP para o certame está em desacordo ao termos estabelecido.

Nessa linha, o regulamento de compras da Fundação do ABC, prescreve que:

*Art. 22. No Certame ou no ato da contratação poderão ser exigidos requisitos adicionais, respeitados os princípios constitucionais previstos no Artigo 37, XXI, da Constituição Federal.*

*Além disso, arrazoa que o acervo técnico expedido pelo conselho não possui validade, porquanto a titularidade é exclusiva do profissional.*

Veja que a previsão do regulamento é clara em proporcionar as unidades da Fundação do ABC a despeito da contratação de terceiros, o que por seu turno confere maior credibilidade a administração da unidade gerenciada.

Além disso, arrazoa que o acervo técnico expedido pelo conselho não possui validade, porquanto a titularidade é exclusiva do profissional o que contém todo o histórico do profissional.

No caso em tela, repisa-se, não exige que o atestado de capacidade técnico seja aquele expedido pelo conselho de classe – no caso o CREA -, mas de empresas que a participante do certame executou os serviços de igual teor objeto do presente, mas o ***Atestado de capacidade técnica expedido por órgãos públicos ou privados, pertinente ao ramo de atividade da interessada e que tenha relação com o objeto da ser contratado***, logo se não há exigência editalícia não há como concordar com o pedido da impugnante.

Ao contrário do que se alega, o acervo técnico referente especificamente do profissional, e cujo inexistência validade, está elencado no item 4.11.5, do ato convocatório.

***4.11.5 – A empresa ainda deverá indicar o profissional Técnico com conhecimento em equipamentos médico-hospitalares, para***

*prestação de serviço conforme item 11.1.2 do Termo de Referência, tendo pelo mesmo, a seguinte formação profissional:*

Portanto, o pedido ofertado pela impugnante não merece prosperar, neste particular.

O respeito sobre o item 4.11.3, também não se vê motivos sólidos para acolher as razões apresentadas, porquanto a licitação é o meio segundo o qual a interessada escolha as condições que entendem ser adequada para o serviço ou o bem a ser licitado. Essa é uma prerrogativa que não pode ser afastada.

No caso, o edital licitatório não se excluir a participação de outras áreas de engenharia, tanto que, embora haja um rol de profissionais de engenharia aptos a prestarem o serviço, deveras, o item 4.11.2.1, estabelece que: ***“Paras as demais áreas de engenharia, deve o responsável técnico apresentar certificação expedida por entidade educacional qualificando na especialidade de Engenharia Clínica”.***

Ou seja, outros engenheiros devidamente cadastrados junto ao conselho de classe – CREA, podem requerer sua habilitação, porém deve ter a capacitação técnica de engenharia clínica, conforme se apontou.

Além das certidões de aptidão expedidas pelo órgão públicos e de conselho, o atestado de capacidade técnica prevista no item 4.11.1 requerido no edital, confere a empresa a expertise necessária para execução dos serviços, assim como se exige a comprovação por meio de certidão de acervo técnico expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA e que tenha relação com o objeto a ser contratado, do profissional designado para execução do serviço.

De rigor, observa que a empresa impugnante tenta interferir indevidamente nas decisões da Licitante, já que a proposta em si é alterar a estrutura editalícia, o que não vejo motivos, porquanto, ressalva a observância dos princípios estruturados no regulamento de compras, as regras são definidas pela

licitante dado interesse público, e que pode, a qualquer momento e de forma discricionária, alterá-las ou não.

Portanto, ante as razões expostas e na melhor forma de direito, julgo improcedente a impugnação ofertada pela empresa Innovamed Manutenção de Equipamentos Médicos Ltda.

É como decido.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

**Diego Ferreira de Lima Bruno**  
**Assessoria Jurídica - OAB/SP nº 370.277**

**Fundação do ABC – Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário**